



Revista da AGU, v. 8, n. 19, jan./mar. 2009

A Advocacia Pública Consultiva Federal e a sustentabilidade Jurídico-constitucional das políticas públicas: dimensões, obstáculos e oportunidades na atuação da Advocacia-Geral da União

Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior

Páginas: 9 a 40
Total de páginas: 30

Reforma política: aperfeiçoamento ou retrocesso para o pleno exercício da democracia brasileira?

Alceu José Cicco Filho

Páginas: 41 a 62
Total de páginas: 22

Da privatividade do exercício das funções institucionais da Advocacia-Geral da União por seus membros

Aldemario Araújo Castro

Páginas: 63 a 80
Total de páginas: 18

A AGU, a “Lei da mordaza” e a sociedade

Bruno Cezar da Luz Pontes

Páginas: 81 a 134
Total de páginas: 55

A política do desarmamento vista sob o enfoque do modelo hermenêutico constitucional Norte-Americano

Daniel Ivo Odon

Páginas: 135 a 156
Total de páginas: 22

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade: interpretação conforme à constituição e declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto

Fabíola Souza Araújo

Páginas: 157 a 180
Total de páginas: 14

Riscos do intervencionismo judicial para a segurança jurídica e efetividade da economia

Luís de Freitas Júnior

Páginas: 181 a 204
Total de páginas: 24

Prescrição das ações de improbidade administrativa e de ressarcimento ao erário

Luiz Gonzaga Pereira Neto

Páginas: 205 a 214
Total de páginas: 10

Possibilidade de concessão de isenções heterônomas de ICMS e ISS no contexto da Integração Regional (Mercosul)

Luiz Henrique Diniz Araujo

Páginas: 215 a 226
Total de páginas: 12

A evolução da execução de sentença no direito processual civil e o Novo Regime Jurídico das Sentenças após a reforma implementada pela Lei nº 11.232/2005.239

Mário Henrique Cavalcanti Gil Rodrigues

Páginas: 227 a 252
Total de páginas: 26

Legislação ambiental brasileira: licenciamento ambiental

Neide Aparecida de Souza Sombrio

Páginas: 253 a 274
Total de páginas: 22

O benefício de auxílio-acidente à luz do direito intertemporal

Ricardo Caldas

Páginas: 275 a 290
Total de páginas: 26

Princípio da moralidade e controle jurisdicional dos atos administrativos

Victor Ximenes Nogueira

Páginas: 291 a 306
Total de páginas: 16